

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No final de 2022, ou seja, há quase um ano, a Dr.ª Graça Freitas informou o Governo da sua intenção não renovar o mandato enquanto Diretora-Geral da Saúde (DGS), o qual viria a concluir a 31 de dezembro do ano passado.

Apesar disso, o Governo demorou cerca de seis meses a promover, junto da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), o procedimento concursal para a nomeação do novo DGS, procedimento que, apesar de reiterado em julho passado, não concluiu pela existência de “três candidatos com mérito para constituir a respetiva proposta de designação”.

Consequentemente, na falta de um suficiente número de candidatos com mérito, entendeu o Governo, apenas este mês de outubro, proceder à escolha de uma outra personalidade para o exercício do cargo de DGS, cujo currículo e adequação de competências foram, aliás, validadas pela CReSAP.

Facto é que este grave e incompreensível arrastar do processo de nomeação da nova chefia máxima da DGS tem sido objeto de merecidas e fundadas críticas por parte de diversas e prestigiadas personalidades com fortes ligações ao setor da saúde, de que são exemplo:

- A Dr.ª Maria de Belém, antiga Ministra da Saúde, ao lembrar que “A Dra. Graça Freitas anunciou a sua saída atempadamente, este concurso demorou bastante tempo”;
- O Dr. Francisco George, antigo Diretor-Geral da Saúde, que considerou que o processo “Foi lento, demasiado lento”, o que “mostra bem que a Administração Pública não é rápida a decidir”;
- O Dr. Miguel Guimarães, antigo Bastonário da Ordem dos Médicos, para o qual “É totalmente inaceitável o Ministério da Saúde demorar quase um ano” a escolher o próximo responsável máximo da DGS, com a agravante de não se tratar de um caso único, já que “É exatamente a mesma coisa que aconteceu quando foi criada a Direção Executiva do SNS, em que se disse que iam ser criados os estatutos e estes só apareceram quase um ano depois”.

Ora, também no entender do PSD – e independentemente das qualidades das personalidades

envolvidas, que se não discutem – todo este processo decorreu sem a transparência que era exigível e demorou de tal forma que o seu próprio escrutínio público redonda comprometido.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, através de Vossa Excelência dirigir ao Ministro da Saúde, as seguintes questões:

1. Em que data tomou o Senhor Ministro da Saúde conhecimento da intenção da Dr.<sup>a</sup> Graça Freitas em não renovar o seu mandato enquanto Diretora-Geral da Saúde?
2. Em que data solicitou o Governo à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) a abertura do procedimento concursal para a nomeação do novo Diretor-Geral da Saúde?
3. No decurso do processo concursal, recebeu o Governo da CReSAP alguma listagem de candidatos para o cargo de Diretor-Geral da Saúde e, em caso afirmativo, qual o seu número total?

Palácio de São Bento, 27 de outubro de 2023

Deputado(a)s

MIGUEL SANTOS(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

PEDRO MELO LOPES(PSD)

ANDRÉ MARQUES(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

GUILHERME ALMEIDA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

INÊS BARROSO(PSD)

JOÃO DIAS COELHO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

ROSINA RIBEIRO PEREIRA(PSD)